TERMO DE JUNTADA

EM JUNTADA:

- **CONTRATO**

fls. Nº 78

CONTRATO POR INEXIGIBILIDADE Nº 01.3008/2019-FINANÇAS

QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E O SR. CLÁUDIO OLIVEIRA ALBUQUERQUE, PORTADOR DO RG. 6.309.976 SSP-PE E CPF: 042.832.254-95 PARA O FIM QUE ABAIXO SE INDICA.

MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, inscrito no CNPJ – 06.716.880/0001-83 por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, CNPJ – 30.461.931/0001-58 - neste ato representado pelo Secretário Municipal Sr. César Robério Soares do Monte, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, o Sr. Cláudio Oliveira Albuquerque, portador do RG. 6.309.976 SSP-PE e CPF: 042.832.254-95, com endereço à Rua Engenheiro Artur Rio de Cerqueira, 302, Bairro Colônia Imperial, Município de Petrolina – Estado de Pernambuco, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste contrato, a contratação de Pessoa Jurídica para **Consultoria Tributária de estudos técnicos e análise do efetivo cumprimento de obrigações tributárias das operadoras de telefonia para com o Município, envolvendo cadastramento in loco dos seus imóveis, torres e/ou equipamentos, auditoria fiscal, enquadramento legal, análise e adequação da legislação pertinente, cálculo dos encargos legais e apuração total de eventual débito para com o Município de Campo Maior – PI, com respectivo reconhecimento da dívida de valor estimado em R$ 7500.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais),conforme as condições previstas no termo de referência e especificações.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço total do presente contrato é de acordo com a proposta comercial da CONTRATADA, **honorários de até R$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), o que equivalerá a R$ 0,20 (Vinte centavos de real) a cada R$ 1,00 (Um real) efetivamente recuperado e recebido pelo Município**, de acordo com a proposta comercial da CONTRATADA.

2.3 No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive, taxas, impostos, seguros, licenças e outros custos relacionados para realização dos serviços, inclusive garantia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços serão solicitados mediante a real necessidade da CONTRATANTE, mediante expedição de Ordem de Serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

À **CONTRATANTE** é reservado o direito de acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços através de seus representantes, consoante o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato será executado nos termos e condições especificadas na Ordem de Serviço e de acordo com a proposta comercial da CONTRATADA.

fls. Nº 79

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para a execução do presente Contrato correrão de acordo com a seguinte dotação:

UND ORÇAMENTARIA	02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE	04.123.0006.2049.0000 – MANUTENÇÃO E MODERN. DA GESTÃO TRIBUTARIA FINANCEIRA.
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA
FONTE DE RECURSOS	001 – RECURSOS PRÓPRIOS

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA:

O presente Contrato vigorará contado da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:

10.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, nos casos:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

c) Lentidão no seu cumprimento, levando o Município de Campo Maior a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;

e) A paralisação das obras, dos serviços ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de Campo Maior;

f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pelo Município de Campo Maior;

g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;

i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Município de Campo Maior, ponham em risco a perfeita execução das obras e serviços;

j) Dissolução da sociedade contratada;

l) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Município de Campo Maior, prejudique a execução do Contrato;

m) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Município de Campo Maior e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;

n) Supressão de serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;

o) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Município de Campo Maior por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses

fls. Nº 80

casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
p) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município de Campo Maior, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
q) Não liberação, pelo Município de Campo Maior, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

r) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.
III - Judicialmente.

10.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.3. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso "I" do 14.2, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Devolução da garantia prestada;

II - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;
III – Pagamento do custo da desmobilização

10.4. A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k" "l" e "q", poderá acarretar as seguintes conseqüências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município de Campo Maior;
II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
III - execução de garantia contratual, para ressarcimento do Município de Campo Maior dos valores das multas e indenizações a ela devida;
IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Campo Maior.

10.5. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério do Município de Campo Maior, que poderá dar continuidade às obras, serviços e fornecimento por execução direta ou indireta.

fls. Nº 81

10.6. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Município de Campo Maior, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços e fornecimento, sem prévia e expressa autorização do Município de Campo Maior.

10.7. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

10.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.9. Independente das sanções administrativas, civis e penais previstas na lei nº 8.666/93, serão aplicadas as seguintes multas:

10.9.1 A recusa injustificada do adjudicatório em assinar o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de convocação, acarretará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.9.2 A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplência, às seguintes multas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

10.9.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do fornecimento atrasado, até 30 (trinta) dias; e

10.9.2.2. 10% (dez por cento) sobre os valores dos fornecimentos contratados e rescisão do contrato, a critério da contratante, em caso de atrasos superiores a 30 (trinta) dias;

10.9.2.3. Nos casos de inadimplência, a contratada será suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, o seu direito de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR.

10.9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida ampla defesa, as seguintes penalidades:

I – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em receber a Nota de Empenho;

II – suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE pelo prazo de 01 (um) ano;

III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o

fls. Nº 82

contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

11.2 Nos casos de inadimplência, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, serão aplicadas as seguintes multas:

I - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do serviço, aplicável até 30 (trinta) dias;
II - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, com a rescisão do Contrato, esta última a critério da CONTRATANTE, em caso de atrasos superiores a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

É vedado o aditamento e a prorrogação do presente contrato. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93 e no Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

Este contrato terá sua publicação no Diário Oficial do Município, em forma resumida, em obediência ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente Contrato foi objeto de CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 003/2019, conforme art. 25, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO :

Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Maior, para dirimir qualquer dúvida oriunda deste contrato.

E por estarem assim ajustados, assinaram o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, ante as testemunhas abaixo assinados.

Campo Maior - PI, 30 de Agosto de 2019.

CÉSAR ROBÉRIO SOARES DO MONTE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

CLÁUDIO OLIVEIRA ALBUQUERQUE
RG. 6.309.976 SSP-PE
CONTRATADO

fls. Nº 83

TERMO DE JUNTADA

EM JUNTADA:

- **EXTRATO DE CONTRATO**

fls. Nº
84

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO

INEXIGIBILIDADE N° 003/2019
CONTRATO Nº 01.3008/2019
FUNDAMENTO: ART. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993.
OBJETO: Consultoria Tributária de estudos técnicos e análise do efetivo cumprimento de obrigações tributárias das operadoras de telefonia para com o Município, envolvendo cadastramento in loco dos seus imóveis, torres e/ou equipamentos, auditoria fiscal, enquadramento legal, análise e adequação da legislação pertinente, cálculo dos encargos legais e apuração total de eventual débito para com o Município de Campo Maior – PI, com respectivo reconhecimento da dívida de valor estimado em R$ 7500.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais).
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI
CONTRATADO: Sr.Cláudio Oliveira Albuquerque – CPF N° 042.832.254-95
VALOR DO CONTRATO: Honorários de até R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), o que equivalerá a R$ 0,20 (Vinte centavos de real) a cada R$ 1,00 (Um real) efetivamente recuperado e recebido pelo Município
ASSINATURA DO CONTRATO: 30/08/2019
VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 31/12/2019

César Robério Soares do Monte
Secretário Municipal de Finanças

fls. Nº 85

TERMO DE JUNTADA

EM JUNTADA:

- **PUBLICAÇÃO**

fls. Nº
86

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2019
CONTRATO Nº 01.3008/2019
FUNDAMENTO: ART. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993.
OBJETO: Consultoria Tributária de estudos técnicos e análise do efetivo cumprimento de obrigações tributárias das operadoras de telefonia para com o Município, envolvendo cadastramento in loco dos seus imóveis, torres e/ou equipamentos, auditoria fiscal, enquadramento legal, análise e adequação da legislação pertinente, cálculo dos encargos legais e apuração total de eventual débito para com o Município de Campo Maior – PI, com respectivo reconhecimento da dívida de valor estimado em R$ 7500.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais).
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI
CONTRATADO: Sr.Cláudio Oliveira Albuquerque – CPF Nº 042.832.254-95
VALOR DO CONTRATO: Honorários de até R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), o que equivalerá a R$ 0,20 (Vinte centavos de real) a cada R$ 1,00 (Um real) efetivamente recuperado e recebido pelo Município
ASSINATURA DO CONTRATO: 30/08/2019
VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 31/12/2019

César Robério Soares do Monte
Secretário Municipal de Finanças

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

LUIS GONZAGA NEVES (AUTO MECANICA ISRAEL) Torna público que REQUEREU da SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, o pedido de LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS), para a prestação da atividade de Comércio Varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores, localizada na AV SANTO ANTONIO,1119,SÃO LUIS, Município de Campo Maior – PI.

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de licenciamento da SEMMARH.

LUIS GONZAGA NEVES
AUTO MECANICA ISRAEL
CPF/CNPJ: 07.244.437/0001-10

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

ANTONIA MARIA DA SILVA (PANIFICADORA DELICIA) Torna público que RECEBEU da SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, o pedido de LICENÇA AMBIENTAL DE RENOVAÇÃO (LO), para a prestação da atividade de Fabricação e Venda de Produtos de Padaria e Confeitaria, localizada na RUA CAPITÃO MANOEL OLIVEIRA, 710, CENTRO, Município de Campo Maior – PI.

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de licenciamento da SEMMARH.

ANTONIA MARIA DA SILVA
PANIFICADORA DELICIA
CPF/CNPJ: 04.991.677/0001-90

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

JOÃO DA CRUZ CHAVES (CARNE DE SOL J.C) Torna público que REQUEREU da SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, o pedido de LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS), para a prestação da atividade de Comércio Varejista De carnes , localizada na RUA CEL EULALIO FILHO,1064, CENTRO, Município de Campo Maior – PI.

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de licenciamento da SEMMARH.

JOÃO DA CRUZ CHAVES
CARNE DE SOL J.C
CPF/CNPJ: 30.485.043/0001-75

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.376/0001-43

Av. Sebastião Tapeti, S/N - Centro - CEP 64.516-00
e-mail: coloniadopiaui@hotmail.com - Fone: (89) 3461-1402

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Colônia do Piauí - PI, em observância aos ditames da Lei 8.666/93, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das propostas referentes ao processo licitatório nº 062/2019, procedimento nº 036/2019, sob a modalidade pregão presencial, adjudicando o objeto da mesma à empresa JL DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTO PARA A SAÚDE, CNPJ: 32.917.343/0001-01, com o valor de R$ 141.814.94 (cento e quarenta e um mil oitocentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos).

Colônia do Piauí - PI, em 06 de setembro de 2019.

Lucia de Fátima Barroso Moura de Abreu Sá
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.376/0001-43

Av. Sebastião Tapeti, S/N - Centro - CEP 64.516-00
e-mail: coloniadopiaui@hotmail.com - Fone: (89) 3461-1402

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, **HOMOLOGO** o presente processo licitatório de nº 062/2019, Procedimento nº 036/2019, modalidade Pregão Presencial, que teve como vencedora a empresa JL DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTO PARA A SAÚDE, CNPJ: 32.917.343/0001-01, autorizando a ultimação dos atos necessários à contratação, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Colônia do Piauí - PI, em 06 de setembro de 2019.

Lucia de Fátima Barroso Moura de Abreu Sá
Prefeita Municipal

fls. Nº 87